



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC 02962/10

**ATOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL –
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS
PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO –
ATENDIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS À
ESPÉCIE – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS
PROVENTUAIS - LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO
– CONCESSÃO DO REGISTRO.**

ACÓRDÃO AC1 TC 1.607 / 2.010

1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
 - 1.1. NATUREZA: **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**
 - 1.2. APOSENTANDO(A):
 - 1.2.1. Nome: **PAULA DE FÁTIMA GONZAGA DAS MERCÊS GALDINO**
 - 1.2.2. Matrícula: **150.623-4**
 - 1.2.3. Cargo/Função: **Escriturário**
 - 1.2.4. Lotação: **Secretaria de Estado da Saúde**
 - 1.2.5. Tempo de serviço prestado: **19 anos, 11 meses e 19 dias**
 - 1.3. ATO APOSENTATÓRIO:
 - 1.3.1. Data: **21/05/2008**
 - 1.3.2. Órgão e data de publicação: **D.O.E. de 05/06/2008**
 - 1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente da PBPREV**
2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: **A DIAPG concluiu, após análise de defesa¹, pela regularidade dos cálculos proventuais e legalidade do ato aposentatório, merecendo o seu competente registro.**
3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: **Oral, na Sessão, pela legalidade da aposentadoria e concessão do registro.**

ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato -- expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício -- e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das sessões da 1ª Câmara do TCE-PB - Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 21 de outubro de 2.010.

Conselheiro **Umberto Silveira Porto**
Presidente

Auditor **Marcos Antônio da Costa**
Relator

Elvira Samra Pereira de Oliveira
Representante do Ministério Público Especial junto ao TCE-PB

mgsr

¹ Necessidade de notificação do responsável, com vistas a elaborar uma nova planilha de cálculo dos proventos, bem como retificar o valor lançado em abril/2008, a fim de que conste tão-somente a remuneração do servidor no cargo efetivo, nos termos apontados pela Auditoria às fls. 44/45.